



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A PRESENÇA DA FAMÍLIA NA ESCOLA:  
Desafios e perspectivas de uma escola municipal de Joáima-MG**

**CLÊNIO RAMOS REZENDE**

**BELO HORIZONTE**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A PRESENÇA DA FAMÍLIA NA ESCOLA:  
desafios e perspectivas de uma escola municipal de Joáima-MG**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da professora Aline Gabrielle Pereira do Curso de Especialização em gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**BELO HORIZONTE**

**2013**

Clênio Ramos Rezende

**A PRESENÇA DA FAMÍLIA NA ESCOLA:  
Desafios e perspectivas de uma escola municipal de Joáima-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ----- de Outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores

---

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

---

Prof<sup>a</sup>. Aline Gabriele Pereira (Orientadora)-UFMG

---

Clênio Ramos Rezende - Cursista

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todas as pessoas que me ajudaram na realização desse sonho.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus pela força. A minha família em especial a Mariane pela paciência por ter compreendido minha dedicação nas horas de estudos.

Aos meus colegas, Alexandre, Ivana e Márcia pelo carinho e apoio.

## RESUMO

O trabalho apresenta uma análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola do município de Joáima, tendo com o tema a presença da família na escola. O objetivo geral foi buscar fundamentação teórica que auxiliasse na promoção da participação da família na escola e os objetivos específicos: identificar pontos positivos da participação da família na escola; analisar o contexto da comunidade escolar e fatores que dificultam sua participação; e buscar mecanismos que incentivem a participação das famílias na vida escolar. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica de autores que tratam do assunto e pesquisa documental com base no PPP da escola em anexo. Foi discutida a participação da família na escola, como ela vê sua posição diante da instituição de ensino, como tem se comportado de forma positiva e negativa, e como a escola tem colaborado para que a família participe ou não das suas decisões. Ao final, verificou-se que a escola não apresenta meios que facilitem essa aproximação entre escola e família, visando apenas os seus interesses e deixando sua principal aliada submissa às suas decisões. As mudanças acontecerão quando a escola acolher as famílias em seu meio, valorizando sua ideias, e as famílias sentindo que também podem contribuir para a melhoria da educação.

**Palavras-chave:** Relação família-escola; Gestão Democrática; Projeto Político-Pedagógico

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	8
3. A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NO CONTEXTO INVESTIGADO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS .....	10
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	14
ANEXO: PPP da Escola Municipal São João .....	15

## 1. INTRODUÇÃO

A escola para ter o sucesso de ensino aprendizagem dos alunos precisa da parceria fundamental da família e comunidade local.

De acordo com Barreto (2013, p. 3), “por mais que nos esforcemos, se não abriremos os portões da escola para o mundo que a cerca, não vamos conseguir levar plenamente a bom termo a nossa complexa tarefa educativa”.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal São João<sup>1</sup> (em anexo) traz esse ponto em que a mudança é necessária para o sucesso da escola visando melhorar o processo de ensino aprendizagem. A escola tem como alvo alunos das series iniciais 1º ao 5º ano e alunos dos anos finais do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, os alunos na sua maioria são de baixa renda e ajudam os pais nas lavouras (feijão, milho, mandioca, etc). Os pais em sua maioria são analfabetos e semianalfabetos e a maior parte recebe benefícios do governo federal como o Programa Bolsa Família<sup>2</sup>.

Ao analisar o PPP da escola, foi verificado que a família não está presente, como destaca o comentário seguinte: “Há problemas na aprendizagem, devido a dificuldades de acompanhamento pelos pais nas tarefas escolares” (PPP Escola Municipal São João, 2013, p. 4).

A escola também busca solução para um dos objetivos, desde sua criação que é a permanência das famílias na escola visando um melhor resultado: “buscar a parceria das famílias na busca de uma aprendizagem significativa, no que se refere às atividades para casa e também na frequência dos alunos e nas reposições de aulas em períodos de chuvas” (PPP Escola municipal São João, 2013, p. 6).

Esse foi o motivo pelo qual se buscou intensificar o trabalho em busca de resposta para solucionar esse desafio entre a escola e a família, pois o sucesso da escola só será alcançado com a participação de todos. A família é fundamental, pois em uma gestão onde todos participam, principalmente a família, os resultados são positivos. De acordo com Barreto (2013, p. 3):

---

<sup>1</sup> Foi adotado um nome fictício para resguardar a privacidade da escola e de seus integrantes.

<sup>2</sup> O programa bolsa família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.



É aí que entra a participação da comunidade, e não mais tão somente para suprir as necessidades materiais da escola ou de seus estudantes. É porque é preciso pensar juntos os problemas de acesso e permanência, com sucesso, dos alunos na escola e ajudar a encontrar soluções que venham a favorecer o conjunto deles, que sejam mais adequadas às suas necessidades tão diversas.

Vários são os mecanismos de gestão democrática que necessitam da participação da comunidade escolar, são eles: o conselho de classe, a associação de pais e mestres e o grêmio estudantil, que são uma forma de aproximar os pais, estudantes e comunidade local para tomadas de decisões.

Sendo assim, definiu-se como objetivos deste trabalho buscar fundamentação teórica que auxilie na promoção da participação da família na escola.

Especificamente, buscar-se-á:

- Identificar pontos positivos da participação da família na escola.
- Analisar o contexto da comunidade escolar e fatores que dificultam sua participação.
- Buscar mecanismos que incentivem a participação das famílias na vida escolar.

A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica de autores que tratam do assunto e pesquisa documental com base no PPP da escola em anexo.

## **2. A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Segundo Oliveira, Morais e Dourado (2013), Gestão democrática implica numa ligação entre administração da educação e gestão da educação que antes se conhecia por gestão administrativa. A gestão de sistemas que ordena o normativo e o jurídico, a gestão da escola pública seria a organização da escola em seu todo de forma coletiva e transparente na área administrativa e pedagógica. Gestão democrática visa a participação dos profissionais da educação na construção do projeto político da escola, a comunidade escolar e local nos diversos mecanismos de participação. A participação coletiva é fundamental para que os resultados sejam alcançados, definindo uma

educação de qualidade onde todos participem das tomadas de decisões, criação dos projetos pedagógicos e destinação dos recursos da escola.

De acordo com os autores:

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2013, p. 4).

Em uma gestão democrática, quanto maior a participação, maior serão os acertos nas tomadas decisões, de forma a dividir as responsabilidades entre todos, os resultados são colhidos de forma coletiva, o que diferencia uma decisão quando tomada pelo diretor e uma decisão do colegiado.

O trabalho coletivo muda a cultura escolar nas discussões conjuntas a sanar dificuldades de modo participativo. O que é contrario a uma gestão escolar hierárquica.

Segundo Barreto (2013), a relação família-escola vem passando por mudanças nas últimas décadas. A escola antes se sentia no centro do processo educacional, ela que tomava as decisões e mantinha uma distância das famílias, pensava que elas não tinham opiniões que pudessem ajudar nas tomadas de decisões, questões simples eram tidas como complexas e só ela tinha como resolver, professores que não atendiam pais de alunos e se limitavam a falar de certos assuntos. Porém nos anos 80, os anseios por participação da população na escola para as tomadas de decisões, refletidos também na legislação, pressionaram os sistemas de ensino a ativar e criar mecanismos de participação como conselhos de escola, grêmio estudantil e associação de pais e mestres.

De acordo com Barreto (2013, p. 2): “Uma escola distante da realidade dos alunos e alheia as aspirações da população não pode fazer pleno sentido para os que a frequentam”.

A participação da comunidade é fundamental nas decisões, pois o que é discutido e feito coletivamente tem mais chance de dar certo e os resultados alcançados são de todos. Assim como discutido por Barreto (2013, p. 3), “Se não abriremos os portões da escola para o mundo que a cerca, não vamos conseguir levar plenamente a bom termo a nossa complexa tarefa educativa’.

Vários são os problemas que a cercam desde a falta de materiais até a violência que começou a fazer parte do seu dia a dia. Por isso a necessidade de resolver ou minimizar essa situação com a participação de todos para garantir o acesso e permanência dos alunos.

A escola deve ter a parceria da família para solucionar os problemas que surgem no decorrer do ano letivo, sempre buscando o melhor jeito de abordar os assuntos sem prejudicar essa parceria família/escola. Pois há pontos que devem ser valorizados pela escola, que as famílias trazem em seu conhecimento. Além disso, sua participação nas reuniões promovidas pela escola é de extrema importância, pois nelas são discutidos assuntos de interesse de todos e apresentadas soluções coletivas para os problemas.

### **3. A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NO CONTEXTO INVESTIGADO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

A Escola Municipal São João fica situada a aproximadamente 70 quilômetros do centro da cidade de Joaíma, em um de seus distritos, e atende aproximadamente cento e oitenta e sete alunos de diversas comunidades rurais do entorno.

Os moradores dessas comunidades são carentes financeiramente, o local em que a escola fica situada é o ponto central de todas as comunidades o que viabiliza o deslocamento dos alunos até lá, porém em período de chuva seu funcionamento fica comprometido pela impossibilidade de trânsito do transporte escolar que trafega nas estradas de chão e muitas ladeiras. Os pais de alunos se ocupam do trabalho braçal nas lavouras, e alguns são analfabetos, algo que pode justificar o fato de não terem tempo e/ou facilidade em auxiliar os filhos nas tarefas de casa que a escola propõe.

A participação das famílias na escola não é maioria, apenas uma pequena parte das famílias comparece às reuniões, eventos ou quando é solicitada a presença na escola para resolver assuntos de interesse das famílias. A maioria dos pais justifica o não comparecimento à escola alegando falta de tempo; que estão doentes; ou que não podem deixar a casa sem ninguém.

A ausência dos pais é comum na escola. Não participam quando da entrega de resultados dos filhos, não comparecem às cerimônias de formatura, e não participam das funções colegiadas da escola como Associação de Pais, Conselhos Escolares, e outros. Por essa razão a escola fica cada vez mais só para a realização da tarefa de ensino-aprendizagem, na área administrativa e social da escola.

As turmas da Escola Municipal São João são diversificadas, e alguns alunos apresentam dificuldades na aprendizagem pelos mais diversos motivos; fato que poderia ser amenizado através da parceria entre escola e famílias. Entretanto, o contato maior da escola com as famílias de seus alunos se dá em função de a comunidade não oferecer aos seus moradores área de lazer, ficando assim a escola como espaço social para realizações de festas (casamentos, aniversário, juninas e outras) e torneios esportivos que são realizados na quadra esportiva da escola.

Com esses problemas surgem várias questões: Por que os pais não participam da vida escola dos filhos? Seria a escolaridade baixa dos pais? A situação socioeconômica? A situação afetiva? A falta de motivação da escola para com os pais? A escola valoriza suas ideias? Eles são culpados pelo fracasso dos filhos?

Segundo Ribeiro e Andrade (2006), a escola que não abre suas portas dificilmente conseguirá resultados satisfatórios; sendo assim, a gestão deve motivar as famílias pela sua participação nos processos decisórios da escola e o envolvimento de todos da comunidade local. Entretanto, os autores apresentam, em sua pesquisa, fatores que dificultam uma maior participação dos pais nas escolas, destacando que alguns pais têm em mente que a escola, quando solicita sua presença, tem apenas o objetivo de reclamar da indisciplina dos filhos, divulgação dos resultados insatisfatórios, ou buscar ajuda em eventos para conseguir recursos financeiros. Além disso, a escola está, muitas vezes, distante dos pais e não valoriza suas ideias e pensamentos, acreditando que a escola está muito acima para valorizar suas opiniões, e que os alunos não desenvolvem por culpa da família. A escola constrói suas exigências, e exige que a família se adapte a elas, e não a escola se adaptar aos anseios da família.

Não parece haver um movimento sistemático no sentido de se buscar compreender a realidade vivida pelos alunos e suas famílias. Assim, a escola complementa, através da assunção de um papel social estereotipado, em que a hierarquização do saber é mantida, a postura submissa e não verdadeiramente participativa dos pais (RIBEIRO; ANDRADE, 2006, p. 393).

Ao analisar o texto de Ribeiro e Andrade (2006), foram identificados vários pontos que dificultam a participação dos pais na escola investigada, como o trabalho instável e uso da força física, e a situação socioeconômica, onde mães fazem papel de pai e são responsáveis pela manutenção dos filhos. Outro problema identificado pelos autores que dificulta a participação e pôde ser identificado também na escola investigada é o formato das reuniões escolares, por serem cansativas e chatas, onde os pais ouvem reclamações dos filhos sobre comportamentos e notas, fazendo com que eles se sintam de forma submissa à escola e não compartilhem suas opiniões por se sentirem inaptos a o fazerem.

Sendo assim, pôde-se constatar que a escola tem cometido várias falhas ao longo dos anos em relação às famílias de seus alunos. A primeira é a de se sentir no centro do conhecimento, deixando as famílias submissas às suas decisões. Também falha em achar que o fracasso escolar de seus alunos é de responsabilidade exclusiva da família. Será que a escola se preocupa com a qualidade do seu corpo docente? Como estão seus professores? Preocupados com os alunos? Com a família? A escola tem reunido com os conselhos para discutir assuntos comuns a todos?

A escola tem falhado ao assumir todas as decisões para ficar no controle da escola, deixando de conhecer as famílias de seus alunos, como vivem, o que fazem; reunindo os pais para falar do mal comportamento dos filhos, punindo os alunos e seus pais de forma exagerada, deixando-os indignados com a escola a ponto de tirar seus filhos dos estudos; reprovando alunos por falta de décimos em disciplinas; controlando a participação das famílias nos conselhos, tanto na formação, quanto nas tomadas de decisões.

A pergunta que se faz, por fim, é: O que a escola poderia fazer pelas famílias? Acredita-se que o fator principal seria uma aproximação entre as partes, de maneira que as famílias se sentissem em casa quando estivessem na escola. A escola precisa buscar maneiras de abordar os assuntos mais

delicados de maneira a não expor os pais; falar de seus filhos de forma não constrangedora, pois a escola precisa entender as particularidades de cada família; precisa também falar dos pontos positivos dos alunos como: comportamento, relação pessoal, desenvolvimento (os avanços nas disciplinas), uma premiação aos melhores alunos de cada ano, etc. Tudo com a participação das famílias.

Outro importante fator de mudança é permitir que os pais decidam os melhores horários para as reuniões escolares visando maior participação das famílias, criando uma compatibilidade do horário, pois muitas famílias não participam das reuniões por estarem trabalhando.

Antes de exigir a ajuda dos pais, a escola deve olhar mais atentamente para eles e para suas necessidades, pois muitos de seus alunos chegam diariamente sem terem se alimentado de forma adequada, e a escola poderia desenvolver projetos sociais em que todos ajudassem as famílias mais necessitadas.

Enfim, é preciso identificar o que não está dando certo para que as mudanças aconteçam.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Enquanto a escola for centralizada em seu poder, sem deixar que as famílias participem democraticamente das decisões, cada vez mais surgirão dificuldades sem apresentar soluções. É preciso que a presença dos pais como membros decisórios que também podem opinar, modificar, apresentar soluções, aconteça o mais rápido, que eles tenham consciência que também participam da vida escolar dos seus filhos, buscando sempre o melhor para todos.

Que eles não sejam submissos, dominados e manipulados pela escola de acordo com seus interesses. Que sempre tenham espaço para conhecer e exigir seus direitos quando não forem atendidos, que não deixem de lutar por um ensino de qualidade e igualitário para todos. Que se unam para construir uma gestão democrática e participativa onde todos possam interagir para o bem comum da escola.

A escola deve conhecer a família de seus alunos, como vivem, onde vivem, o que pensam sobre a escola; e buscar aproximar as famílias que estão distantes, saber por que estão longe da escola.

Os pais também devem procurar a escola para saberem como está seu filho, o que está sendo ensinado na escola, como a escola resolve os problemas do seu dia a dia, mas precisam de mais espaço para isso.

Também é importante envolver as famílias através de suas participações em espaços de decisão colegiada e de confraternização como: Conselho escolar, Associação de pais e mestres, Festejos da escola, Formaturas, Reuniões bimestrais, PDDE, Visitas a escola/sala de aula

A família é a base para uma educação transformadora em que a escola se apoia para que seja eficaz no processo de ensino aprendizagem.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Elba S. SÁ. **A participação na escola: Contribuições para a melhoria da qualidade da educação.** 2013. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala\\_planejamento\\_praticas\\_gestao\\_escolar/pdf/u1\\_saibamais8.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_saibamais8.pdf). Acesso em 01/09/2013.

OLIVEIRA, J. F. de; MORAES, K. N. de; DOURADO, L. F. .. **Gestão escolar democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação.** 2013. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=9949>. Acesso em 01/09/2013.

RIBEIRO, D. de F.; ANDRADE, A. dos S. A assimetria na relação entre família e escola pública. **Paideia** (Ribeirão Preto), v. 16, p. 385-394, 2006.

**ANEXO: PPP da Escola Municipal São João**





**ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**ALEXANDRE DE SOUZA GUIMARÃES**

**CLÊNIO RAMOS REZENDE**

**REGINA LÚCIA F. FREITAS**

**JOAÍMA, 2013**



## **ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO**

### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**JOAÍMA, 2013**



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	03
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO .....	04
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	06
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa .....	06
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica .....	08
3. CURRÍCULO .....	09
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	12
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	13
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	14
7. AVALIAÇÃO .....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	19
REFERÊNCIAS .....	20

## INTRODUÇÃO

A Escola Municipal São João<sup>3</sup>, antes da sua nucleação, era chamada de Escola Municipal Felipe dos Santos, mas teve sua denominação alterada pelo Projeto de Lei Municipal nº. 12/99, de 18 de maio de 1999. A escola foi criada pela portaria nº. 64/2001 – nos termos do artigo 1º da Resolução SEE nº. 66, de 10 de abril de 1999; do parágrafo único do artigo 31 da Resolução CEE nº. 306, de 19 de janeiro de 1984.

Seu nome foi sugerido pelos moradores da comunidade, homenageando o dono da Fazenda o Sr. Mariano Dutra. Essa sugestão foi encaminhada e aprovada pela Câmara Municipal de Joáima, sob a iniciativa do vereador Fidelcino Gil de Souza.

A Escola Municipal São João, como todas as escolas da Rede Municipal de Ensino, pertence à Secretaria Municipal de Educação (SME) e está vinculada a 2ª Superintendência Regional de Almenara/MG, da qual recebe orientações no que se refere à legislação e filosofia de trabalho da Secretaria Estadual de Educação (SEE) e Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Atualmente a Escola Municipal São João atende à aproximadamente cento e oitenta e sete alunos das comunidades São João, Convém, Diamantina, Caracol e Quarteirão, cujo transporte escolar se faz garantir pela Instrução n.º 002/95 de Belo Horizonte de 11 de agosto de 1995. A escola atende à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, este tendo a duração de nove anos, em é organizado em regime de ciclos.

A referida escola é privilegiada pelo espaço físico que possui. Esse espaço é constituído de uma área livre totalmente gramada e arborizada, duas quadras esportivas, uma de peteca e outra de futsal. Nesses espaços os alunos se divertem e praticam atividades esportivas e de recreação.

Os moradores das comunidades rurais da localidade também utilizam esses espaços da escola todos os dias após as aulas e nos finais de semana, para práticas esportivas e de lazer. Além dessa utilização, são realizados também eventos culturais, religiosos, festivos, reuniões da associação comunitária e outras.

---

<sup>3</sup> Foi adotado um nome fictício para resguardar a privacidade da escola e de seus integrantes.

O corpo discente da escola é composto de alunos carentes que atuam com seus pais nas atividades voltadas ao cultivo de lavouras e criação de animais. Esses alunos apresentam a vontade de aprender devido à necessidade de melhorar as condições de vida da família. São alunos com poucos casos de indisciplina, pois assim como seus pais, têm um respeito e apreço muito grande pelo professor. A maioria dos pais apresenta baixa escolaridade e estão a maior parte do dia envolvidos no trabalho na lavoura. É comum os alunos serem levados pelos pais para auxiliarem tanto no plantio quanto na colheita de feijão e milho, em algumas épocas do ano.

Há problemas na aprendizagem, devido às dificuldades de acompanhamento pelos pais nas tarefas escolares em casa e ausência de alunos devido à problemas climáticos (chuva) que impedem os transportes escolares de circular, ficando o período de chuvas sem aula, especificamente em época de plantio e colheita. O impedimento para circulação do transporte é geográfico, devido principalmente à localização da escola ser num vale abaixo das comunidades rurais. Há pontos de alagamento na estrada que ainda é de terra e bem acidentada.

## **1 - FINALIDADES DA ESCOLA**

A principal finalidade da escola é desenvolver um trabalho humanista visando um ensino de qualidade, formando cidadãos críticos, participativos e pesquisadores, que valorizem o respeito à disciplina, a solidariedade, a dignidade e que busquem harmonia entre funcionários, alunos e comunidade.

O objetivo geral da escola é oferecer uma educação de qualidade baseada em metodologias diversificadas, com o comprometimento de toda a comunidade escolar, tendo como suporte uma instituição organizada e consciente dos seus direitos e deveres. Segundo Paro (2005, p. 10): “Se queremos uma escola transformadora, temos que transformar a escola que temos aí... Nesse sentido, que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.”

Para transformar o sistema de autoridade e distribuição do próprio trabalho no interior da escola é necessário que se estabeleça uma gestão

democrática, participativa e atuante, pois segundo Dourado, Oliveira e Santos (2013, p. 22): “[...] a gestão democrática participativa na escola apresenta-se como um dos aspectos fundamentais das condições de oferta de ensino com qualidade.”

A escola seguirá o planejamento proposto no Projeto Político Pedagógico, em razão deste trazer, segundo Souza (2005): “a definição de um marco referencial, a elaboração de um diagnóstico e a proposição de uma programação com vistas à implementação das ações necessárias à realização de uma prática pedagógica crítica e reflexiva”.

O referido projeto tem como objetivo principal, retratar o planejamento da escola e, ainda segundo Souza (2010): “caracteriza-se como meio por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, com possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática de realização desse trabalho”. Acredita-se ainda que, quando o projeto é elaborado por todos, a garantia do envolvimento de todos no processo é muito maior, visto que é uma produção coletiva onde todos tiveram sua participação.

Baseada no princípio de gestão democrática, a equipe da escola discutiu com todos os segmentos sobre vários aspectos, dentre eles a opção filosófica, política, sócio-antropológica e pedagógica da escola. Quanto à opção filosófica, a escola pretende formar cidadãos críticos, participativos capazes de se interagir na sociedade a qual estão inseridos, atuando e valorizando a democracia. Para isso, a escola pretende oferecer uma educação de qualidade capacitando as equipes pedagógica e docente.

(...) para vivenciarmos essa democracia no contexto escolar, precisamos articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade, caracterizando a escola como espaço de convivência social, onde todos aprendem, identificando problemas que podem dificultar a relação entre escola e a comunidade (DOURADO, 2010, p. 14)

Nesta perspectiva, a Escola Municipal São João tem como missão: “proporcionar o desenvolvimento integral de seus alunos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando as ações da família e da comunidade, preparando-os não só para o Ensino Médio, mas também para a vida.” (BRASIL, 1996, Art. 29º, Seção II).

A escola tem se organizado a partir dos seguintes objetivos gerais:

- ✓ Organizar uma proposta pedagógica clara e objetiva que norteie a prática docente e proporcione aos alunos um melhor desempenho na aprendizagem e na própria vida;
- ✓ oferecer aos alunos uma educação de qualidade, para que estes possam ser cidadãos participativos na sociedade a qual estão inseridos;
- ✓ criar condições para que os alunos tenham consciência de preservação do meio ambiente e que saibam utilizar os recursos naturais sem agredir a natureza;
- ✓ buscar alternativas para recuperar a aprendizagem dos alunos que se encontram com a idade avançada em relação ao seu nível de aprendizagem;
- ✓ buscar a parceria das famílias na busca de uma aprendizagem significativa, no que se refere às atividades para casa e também na frequência dos alunos e nas reposições de aulas em períodos de chuvas;
- ✓ acompanhar o processo ensino-aprendizagem fazendo análise de resultados das avaliações diagnósticas internas e externas e
- ✓ promover ações que estimulem o gosto pelas práticas de leitura, produção escrita e desenvolvimento das práticas sociais.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A estrutura organizacional de uma escola compreende dois tipos básicos de estruturas: a administrativa e a pedagógica. Fazem parte das estruturas administrativas: os recursos humanos, físicos e financeiros, a arquitetura do prédio, equipamentos e materiais didáticos, mobiliário, distribuição das dependências escolares e espaços livres, limpeza e saneamento básico (água, esgoto, lixo e energia elétrica).

Quanto às estruturas pedagógicas, segundo Alves (1992, p.21), “organizam as funções educativas para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades”. Referem-se às interações políticas e às questões ligadas ao ensino-aprendizagem e ao currículo.

## 2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A Escola Municipal São João está situada na Fazenda Braço Esquerdo, 10, Zona Rural, distrito de Giru, Joaíma/MG.

A infraestrutura se encontra em excelente estado de conservação, contando com seis salas de aula, uma diretoria, uma secretaria, uma sala para os professores com banheiro, um laboratório de informática, dois depósitos, uma cantina, um refeitório, um escovódromo, uma quadra de esporte, uma quadra de peteca, um pátio, dois banheiros (masculino e feminino). Falta uma biblioteca completa com variedades de acervos, pois o espaço de leitura fica no laboratório de informática, sendo usado para as duas atividades. Para as atividades esportivas a escola conta com uma quadra descoberta na escola e o pátio.

A referida escola conta com um alojamento para funcionários que fica a aproximadamente 30 metros de distância do prédio principal. Esse alojamento abriga todos os funcionários que se deslocam da sede e permanecem a semana toda na comunidade a serviço da escola. Geralmente, os funcionários que ficam neste alojamento são: diretor escolar, supervisora, professores, serviçais e motoristas. Os outros funcionários que moram na própria comunidade e/ou no distrito próximo, não precisam do alojamento. Nos finais de semana, quando todos retornam para suas residências, o vigia, que é da comunidade, toma conta do alojamento e da escola.

Para a realização dos objetivos, a escola conta com recursos da Caixa Escolar que são administrados pela direção e pelo colegiado. A escola conta ainda com o suporte da Secretaria Municipal de Educação (SME), a qual fornece materiais didáticos, de limpeza e de recreação que são necessários ao funcionamento e estão sempre de acordo com as necessidades da escola.

A autonomia financeira da escola é parcial, pois é administrada pelo Órgão Público Municipal de Educação de acordo com o artigo 13º a 20º da Lei Orgânica do município, através de Conselhos Municipais. A autonomia financeira refere-se ao controle de recursos financeiros, sempre de acordo com



a proposta contida na LDB através da lei n.º 9.424, que regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental.

A comunidade escolar é informada anualmente, pelo colegiado, da utilização dos recursos financeiros do Caixa Escolar, que priorizam as ações previstas no plano de ação do Projeto Político Pedagógico, pois a escola só recebe anualmente os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os demais recursos arrecadados pela escola se dão através da realização de festas, bingos e rifas.

É importante citar que a administração e gestão financeira são feitas pelo diretor e pelo secretário municipal de educação. O Colegiado não funciona de maneira permanente e também não realiza reuniões sistemáticas.

O quadro de funcionários da escola conta com vinte e seis servidores, dividido da seguinte forma: um gestor escolar com formação em Magistério e Teologia; uma supervisora formada em Pedagogia; um escriturário/secretário escolar formado em Pedagogia; uma professora eventual formada em Pedagogia; seis professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental com formação em Magistério (um professor), Normal Superior (dois professores) e em Pedagogia (três professores); seis professores dos anos finais do Ensino Fundamental com habilitação específica; sete agentes de serviços públicos com Ensino Médio completo (dois agentes) e com Ensino Fundamental incompleto (cinco agentes); três motoristas de transporte escolar, todos com Ensino Fundamental incompleto.

## **2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA**

No ano de 2004 a Secretaria Municipal aderiu ao Ensino Fundamental de nove anos e a escola passou a atender alunos de seis anos. O ingresso na escola se dá através do cadastramento escolar e matrícula, sendo divulgados através de uma chamada pública realizados em rádio.

A escola oferece Educação Infantil (turmas de 04 e 05 anos) no turno vespertino atendendo vinte e cinco alunos; há também o Ensino Fundamental (1º ao 4º ano) no turno vespertino atendendo sessenta e oito alunos e no turno matutino (5º ao 9º ano) com noventa e quatro alunos. Dessa forma, há cento e

oitenta e sete alunos matriculados e frequentes na escola. A educação em tempo integral está em fase de implementação sendo oferecida a todos os alunos, que desenvolvem oficinas de artes, esporte, recreação e orientações pedagógicas em horário extra turno.

A enturmação é feita pela equipe pedagógica e pelo gestor ao final de cada ano, tendo em vista que cada turma pode ter no máximo trinta e cinco alunos. O primeiro critério usado para a enturmação é o nível de aprendizagem e o segundo é não colocar alunos com problemas de indisciplina na mesma sala. Atendidos esses critérios, o restante dos alunos é distribuído de forma heterogênea, podendo ser feito o remanejamento quando houver necessidade. Esse é feito por toda a equipe pedagógica buscando atender às diversidades e um melhor rendimento para o aluno.

O grupo de professores da Escola Municipal São João, visando maior eficácia no atendimento individualizado em sala de aula, optou por utilizar o sistema de reagrupamento. Este sistema de reagrupamento é feito somente com os alunos que possuem baixo desempenho na aprendizagem. Eles são acompanhados por um professor recuperador, durante um período do turno, desenvolvendo atividades fora da sala que buscam sanar suas dificuldades.

Quanto à periodicidade de reuniões pedagógicas entre professores e coordenação e/ou direção, o que acontece atualmente é que os professores ficam na escola durante a semana toda, pois a escola se situa em uma zona rural. Pela manhã estão dando aula (“Módulo I”) e no período da tarde (terça e quinta-feira) estão fazendo o planejamento e reuniões pedagógicas, sendo nomeado de “Módulo II.” Sempre que necessário, a comunidade escolar é convocada a comparecer na escola. Tanto individualmente ou coletivamente, os pais participam de reuniões com os professores.

### **3- CURRÍCULO**

O currículo escolar pode ser definido de acordo com as especificidades de cada instituição, das suas necessidades e das necessidades de cada aluno. Ou seja, a definição de currículo escolar leva em conta a vida do aluno na escola e fora dela como um todo. Assim, é importante que o professor conheça

o aluno na sua totalidade: seus interesses, suas experiências acumuladas, seus anseios, a realidade em que está inserido, etc. Tais elementos serão o subsídio para a sua ação pedagógica.

O termo currículo é usado com vários sentidos e várias definições. Santos afirma que:

O termo currículo... já foi definido: 1) como uma série estruturada de resultados; 2) como um conjunto de matérias; 3) como conjunto de experiências que os estudantes desenvolvem sob a tutela da escola e 4) como intento de comunicar os princípios essenciais de uma proposta educativa. Ultimamente, vem sendo entendido como uma seleção de conhecimentos extraídos de uma cultura mais ampla. (SANTOS, 2011, p.15)

Para Lopes:

O currículo é o conjunto de todas as experiências escolares de conhecimento proporcionadas aos/ às estudantes, portanto se constrói na instituição escolar, nos acordos e conflitos diários no interior dessas instituições. Se o currículo, evidentemente, é algo que se constrói seus conteúdos e sua forma última não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configura." (LOPES, 2000, p. 19)

A escola compreende o currículo como seleção de diferentes disciplinas que, articuladas, contribuem para a construção de instrumentos de compreensão e intervenção na realidade em que vivem os alunos. O plano curricular é analisado a cada ano pela equipe pedagógica e é o gestor que o apresenta à comunidade escolar. A comunidade pode fazer sugestões, mas o Colegiado como não atua nesse aspecto, não indica modificações e/ou alterações.

Os componentes curriculares são selecionados de acordo com a realidade do aluno e levam em conta os valores, pensamentos e perspectivas da época e da comunidade em que a escola está inserida. Esses são abordados de forma interdisciplinar e contextualizados, visando a aprendizagem significativa dos alunos. Assim, cada componente deve priorizar a aplicabilidade de seus conteúdos ao cotidiano, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, competências, procedimentos e atitudes necessárias ao exercício da cidadania.

A organização da Escola Municipal São João está embasada na estrutura do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e Ensino Fundamental de nove anos, respeitando as especificidades locais. As diretrizes curriculares da escola seguem o modelo municipal que está embasado no CBC

– Conteúdo Básico Comum (Estado de Minas Gerais) e também nos Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborado pelo governo federal que são utilizados pelas equipes pedagógica e docente da escola para orientação do planejamento anual do processo ensino aprendizagem.

Os conteúdos são definidos e planejados anualmente e as atividades curriculares desenvolvidas na escola visam valorizar o que é próprio da infância e adolescência. Os objetivos didáticos definidos pela equipe pedagógica buscam priorizar a formação integral do aluno, levando em conta o desenvolvimento de atitudes e valores para a formação de um cidadão autônomo e ético.

O currículo da Educação Infantil visa proporcionar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens significativas, orientadas e livres. Ele abrange dois eixos: o primeiro é *Formação Pessoal e Social*, em que se desenvolvem a Identidade e a Autonomia e o segundo é o *Conhecimento de Mundo*. Este é organizado em: Linguagem Oral e escrita, Natureza e Sociedade, Matemática, Movimento, Música e Artes Visuais. O currículo do Ensino Fundamental está organizado de acordo com as áreas do conhecimento, sendo: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Ensino Religioso, Educação Física, Conhecimentos de Informática e Língua Inglesa.

Os temas transversais permeiam todo o processo educativo: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Os conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Artes e História.

A escola busca a sistematização de métodos/metodologias e técnicas que favoreçam a aprendizagem do aluno, valorizando a pesquisa, oficinas, trabalhos em grupo, debates, discussões, estudos dirigidos, palestras, seminários, laboratórios, aulas práticas e de observações. Para que tudo isso aconteça, as atividades devem estar contextualizadas, ou seja, fazendo relações com a realidade e a prática social, com isso pode-se trabalhar com uma ação interdisciplinar, reunindo contribuições de todas as áreas do conhecimento, num processo de elaboração do saber voltado para a compreensão da realidade, descobrindo potencialidades e alternativas de atuação sobre a mesma, transformando-a.

O planejamento é bimestral e é feito por série, nas séries iniciais; e por disciplina, nas séries finais. O planejamento diário é feito na escola duas vezes por semana com folgas para os professores das séries finais, cumprindo oito horas de planejamento, o que está previsto por Lei Municipal (Lei do Plano de Carreira do Magistério). O controle de frequência é feito diariamente nos anos iniciais e por disciplina nos anos finais, cumprindo a exigência mínima de 75% do total de horas letivas para aprovação.

A escola, compromissada com a sociedade e inserida concretamente em sua comunidade democrática e inclusiva, integra a família nos projetos pedagógicos e de ações sociais, bem como nas demais atividades pedagógicas e sócio-culturais realizadas.

Um dos projetos mais significativos é o Projeto Geo/Ciências, onde os alunos expõem trabalhos desenvolvidos nas áreas de geografia e ciências, tanto nas salas quanto nos espaços coletivos da escola. Normalmente esse projeto é realizado no mês de junho. Outros projetos menores acontecem na escola dentro da área de saúde com o corpo e com o meio ambiente.

Os estudos de recuperação são oferecidos de forma contínua e paralela ao longo do ano letivo, assim que as dificuldades são detectadas pelos professores, que ficam responsáveis, junto com toda a equipe pedagógica, por buscar novas estratégias para superá-las.

#### **4 . TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

A Escola Municipal São João, procurando valorizar o espaço para o Ensino Infantil e Fundamental de nove anos, busca proporcionar um ambiente educacional receptivo e estruturado para atender, na medida do possível, às necessidades dos alunos e oferecer um processo ensino-aprendizagem significativo e de qualidade.

Possui uma área externa gramada bastante ampla, uma quadra esportiva e refeitório. Esses espaços são utilizados pelos professores e alunos nas práticas recreativas e educativas. Há também um laboratório de informática e uma rádio escolar comunitária utilizada pela escola e pela comunidade local. A equipe docente, conta ainda com uma sala de planejamento espaçosa e material de apoio para planejamento das aulas. O planejamento é feito nas

terças e quintas-feiras, no qual os professores cumprem duas horas de planejamento em cada dia, extra-turno compondo o Módulo II, conforme descrito no eixo “Estrutura Organizacional Pedagógica”.

Conforme citado anteriormente, as relações sociais no espaço de ensino-aprendizagem dessa escola são vividas além do horário de trabalho, pois a maioria dos funcionários vivem e convivem juntos durante a semana toda, superando conflitos, buscando a harmonia, respeitando as diferenças e gostos de cada um.

Ao discutir importantes aspectos do lugar, Pinheiro (apud PEKELMAN; SANTOS, 1999, p.65), inscreve o lugar como sinônimo do cotidiano, onde

se expressam não somente as experiências de vida, na perspectiva individual que o termo possa conter, mas contextos de relações distintas que envolvem pessoas, como coletividades e instituições, em espaços e tempos determinados.(PINHEIRO, 1999, p. 65)

Quanto à definição das divisões temporais da escola, o ano é dividido em bimestres. A jornada escolar é organizada em quatro horas de trabalho diário, excluído o tempo destinado ao recreio e assegurado a duração da semana letiva com cinco dias e anualmente de duzentos dias letivos.

O calendário escolar é elaborado pela comunidade escolar, respeitando as normas legais e homologado pelo inspetor escolar. As especificações estão previstas no Regimento Escolar.

A escola proporciona a seus alunos um ambiente heterogêneo, plural, rico em aprendizagens e brincadeiras, planejando os seus espaços em prol do desenvolvimento das crianças. A comunidade onde a escola está inserida, não possui outros espaços que possam ser utilizados pelos alunos e pela própria comunidade, neste sentido a escola é utilizada também pela comunidade para eventos culturais, esportivos, religiosos e festivos.

## **5. PROCESSOS DE DECISÕES**

Os processos de decisão da Escola Municipal São João estão sempre subordinados à Secretaria Municipal de Educação e/ou ao poder executivo do município. Embora as finalidades da escola objetiva uma escola democrática que ofereça igualdade de oportunidades, visando a inclusão e a participação de toda a comunidade escolar, na prática isso não acontece.

A referida escola não possui autonomia e não tem participação no que se refere à escolha do gestor escolar, designação ou contratação de funcionários e nas compras de materiais utilizados pela/na escola, pois essas decisões são exclusivas do poder executivo. Cabe a escola apenas as decisões de ordem internas, ou seja, funcionar com o que tem, obedecendo às exigências da Secretaria Municipal de Educação.

O Colegiado e a Associação de Pais e Mestres estão desatualizados, e os mesmos não tem muita influência nas decisões da escola porque o poder executivo é quem decide de acordo com seus interesses políticos, econômicos e administrativos.

Certamente a melhor forma de obter uma gestão escolar democrática com um processo de ensino-aprendizagem de qualidade e participativo, é através da participação efetiva de toda a comunidade escolar e local, com os órgãos colegiados (Conselho Escolar, Colegiado, Associação de Pais e Mestres) atuando e participando de todos os processos de decisões e que tenham iniciativa para buscarem soluções e estejam em constante atualização.

Nesta perspectiva Gonçalves afirma que:

(...) em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo, pois é dinâmico e exige ações concretas. Para tanto, é necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano e se torne tão essencial à vida escolar, quanto é a presença de professor e alunos. (GONÇALVES, 2001, p. 30)

Portanto, os processos de decisão da escola citada, ainda não conseguiram alcançar as propostas de uma gestão democrática, pois, segundo Gonçalves:

Na gestão democrática é importante a presença organizada da sociedade na escola, acompanhando e participando do processo educacional, onde o diretor descentralizando o poder distribuído

responsabilidades entre todos. [...] Em uma gestão democrática todas as pessoas ligadas à escola podem fazer-se representar e decidir sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Isto ocorre devido à integração da sociedade com a escola mediante a efetivação do Conselho Escolar com representações da comunidade (GONÇALVES, 2001, p. 31).

## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A relação professor/aluno, na perspectiva de ajuda e respeito é ponto forte no trabalho que é desenvolvido, pois estes alunos, juntamente com os professores, estabelecem critérios e normas de boa convivência dentro e fora da sala. Esse é um conceito do respeito que não se restringe à sala, abrangendo todas as áreas da vida da criança. Há sempre entre professor e aluno o respeito às diferenças, ao limite individual, pois são através destes conceitos que são estabelecidos projetos de trabalho que estimulam a curiosidade, a emoção e as manifestações artísticas e culturais.

Nesse aspecto, a escola prioriza o envolvimento com a comunidade, procurando conhecer e preocupar-se com os seus valores e desafios para buscarem alternativas para a melhoria da qualidade de vida, através do incentivo da participação dos diversos segmentos da sociedade na discussão de projetos.

Para tanto deve haver diálogo, parceria e criatividade com os pais, para que os mesmos possam ser parceiros da escola na empreitada de educar o aluno, usando estratégias como criação de eventos tais como palestras, seção de vídeo, bazares, campanhas, feiras, cursos, etc.

Quanto à relação professor-aluno, na maioria é boa, apesar de existirem algumas manifestações de agressividade e indisciplina por parte de alguns alunos, o que faz com que alguns professores sem saber como restabelecer a harmonia na turma, coloque alunos para fora de sala, levando o caso para a direção.

Cada um dos atores escolares desempenha o seu papel de acordo com o regimento da instituição e através do bem comum no processo ensino-aprendizagem. Assim, todos buscam uma convivência harmoniosa, onde as situações de conflito dentro do ambiente escolar sejam resolvidas através da



reflexão e do diálogo. Os conflitos são inevitáveis em ambientes de convivência humana, devido às diferenças individuais de cada pessoa. No entanto, os conflitos nem sempre, podem ser caracterizados de forma negativa, eles podem ser utilizados como ponto de partida para buscar uma convivência mais harmônica e contribuir para a valorização e o respeito do próximo. Conforme Carvalho (2001, p. 51):

Os conflitos não tem necessariamente uma feição negativa e destruidora, e a ausência de conflitos não revela, por si só um ambiente sábio. No conflito nós desenvolvemos, progredimos e aprendemos a conviver com o que é diferente de nós. Se pensássemos e agíssemos de mesmo modo, não teríamos tantas descobertas e tanto progresso. O respeito às diferenças e o estímulo ao pensamento divergente desenvolvem a criatividade e pode fazer do convívio escolar um exemplo de convívio democrático. (CARVALHO, 2001, p. 51)

Avaliamos ser importante também que o professor esteja sempre refletindo sobre sua prática pedagógica, trabalhando de acordo com a realidade em que está inserido, planejando e executando ações coerentes, sendo flexível e aberto às mudanças necessárias que vão contribuir no desenvolvimento crítico, participativo, reflexivo do aluno para que ele atue com voz ativa perante a sociedade, exercendo seus direitos e deveres, ao mesmo tempo em que preze por valores morais, éticos e culturais, diplomando-se assim juridicamente e civilmente.

## **7. AVALIAÇÃO**

A observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática educativa. Por meio deles os processos de aprendizagem dos alunos, a qualidade das integrações estabelecidas com outras crianças, adolescentes, funcionários e com o professor são contextualizadas.

A avaliação deve ter função diagnóstica, buscando investigar os conhecimentos, competências e habilidades que o aluno traz e formadora, no sentido de acompanhar a aprendizagem, identificando sucessos e dificuldades do processo de desenvolvimento, inclusive para reorientação. Deve ainda ter

caráter de continuidade, visando reorganizar as ações educativas subsequentes.

A escola entende bem o que é avaliação diagnóstica e adota portanto sua prática baseada numa concepção sócio interacionista (Vygotsky, 1998), onde o aluno é o sujeito de sua própria aprendizagem, importando o processo e não somente o produto. O erro é encarado como subsídio para replanejar as ações. A avaliação é feita inicialmente por relatórios diários a partir de observações e é também paralela, pois é feita no final de cada bimestre.

A avaliação formativa é feita durante todo o processo, reforçando o aspecto qualitativo e quantitativo para que ao final do ano letivo seja feita uma avaliação somática, ou seja, quantifique o produto alcançado. Para Piaget (1993) “a avaliação é o ponto de partida e o ponto de chegada”. Ela antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico, exercendo funções diferentes de acordo com o momento.

Ao final de cada bimestre é realizado o Conselho de Classe, onde são registrados os progressos e dificuldades dos alunos e as recomendações pedagógicas. Os pais ou responsáveis são informados sobre o desempenho dos mesmos.

O desempenho dos alunos é expresso através dos objetivos estabelecidos no planejamento semestral ou anual. Para que haja promoção de uma série para outra o aluno deverá ter 60% de aproveitamento em cada disciplina, conforme está previsto no Regimento Escolar.

Ficará retido na série em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em três ou mais disciplinas, incluindo-se neste as disciplinas da série em que se encontra e aquelas em Regime de Progressão.

O aluno concluirá o nível somente quando obtiver a aprovação nas disciplinas em que se encontra em regime de Progressão. A escola organizará diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo no decorrer do ano letivo, como:

- Estudos Orientados: atividades especificamente programadas para o atendimento de alunos ou grupos de alunos que demonstrarem dificuldades ao longo do processo de aprendizagem.

- Estudos orientados ao longo do 1º semestre do ano letivo para alunos em regime de progressão parcial: o aluno pode ser liberado do processo tão

logo se verifique o domínio das aprendizagens consideradas básicas (nos dois conteúdos). A direção da escola, apoiada pela equipe pedagógica indicará, para cada disciplina, os professores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação dos estudos beneficiados pelas estratégias acima citadas dos estudos orientados e estudo independente em situação regular ou de progressão parcial.

A recuperação deve ser paralela e final (realizada na última semana do ano letivo), conforme está prevista no Regimento Escolar. Para assessorar o trabalho do professor na tomada de decisões sobre o desempenho dos alunos será realizado conselhos de classe a cada bimestre e ao final do ano letivo.

A classificação de alunos será feita pela comissão composta por supervisores, professores e direção administrativa com objetivo de posicioná-lo em turmas compatíveis com sua idade e desenvolvimento, podendo ser feita em qualquer série, exceto na Educação Infantil e 1º ano, por promoção, por transferência ou por avaliação.

Será dada ao aluno a possibilidade de reclassificação, ou seja, de reposicionamento em etapa mais avançada, daquela indicada no seu histórico escolar, que será feita também por uma comissão, composta por supervisores, representante de docentes do ano ou período do qual o aluno deverá ser classificado e direção administrativa. Nela o aluno será avaliado em todas as disciplinas, onde deverá ser posicionado; será apto se conseguir a média de 60% (sessenta por cento). Os resultados da avaliação da aprendizagem do aluno e a decisão final da comissão deverão ser registrados em ata assinada por todos os participantes da comissão e arquivada na pasta do aluno, junto com as avaliações.

A escola deve também adquirir a prática de se auto-avaliar de forma sistemática, envolvendo toda a comunidade escolar em duas dimensões, sendo:

- 1) Avaliação do processo educacional de ensino e aprendizagem: Será feito a cada bimestre e ao final do ano letivo, através da análise dos resultados alcançados e confrontados com o resultado de outras avaliações sistêmicas como o SIMAVE e SAEB, sendo divulgada para toda a comunidade escolar.

- 2) Avaliação da execução e resultados do Projeto Político Pedagógico: o acompanhamento dessa proposta visa a manutenção da coerência e compromissos assumidos, tarefa de todos os segmentos da escola, coordenado pela equipe técnico – pedagógica – administrativa, de forma contínua e processual com as intervenções necessárias, de forma a realimentar o processo e voltado para o alcance dos objetivos.

Nesse sentido, a avaliação institucional, ou seja, a avaliação da escola como instituição é feita de acordo com o desempenho dos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Para Souza (2010, p.01):

A avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive interdependentes. A avaliação da aprendizagem (...) serve tanto para análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para a avaliação do trabalho do professor. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar, diversas vezes, inclusive a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem e a avaliação da aprendizagem, por seu turno, é importante referencial para a avaliação institucional. (SOUZA, 2010, p.01)

Nesta perspectiva, a concepção de avaliação institucional segundo Souza (2010, p. 04) é que:

A escola possui cidadãos, que são profissionais ou usuários desta fundamental instituição pública. Desta forma, mesmo entendendo a centralidade da função pedagógica e dos sujeitos da educação escolar, não cabe olharmos para a avaliação institucional como uma alternativa para controlarmos apenas as ações das pessoas que trabalham na escola, sob pena de esquecermos de fora a responsabilidade dos próprios alunos, ou o fundamental papel que têm as famílias dos alunos ou o importante dever que tem o Estado e a sociedade para com a educação pública. (SOUZA, 2010, p. 04)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos esse documento afirmando o quanto é importante a organização de uma gestão escolar, participativa e inclusiva que busca oferecer uma educação de qualidade e significativa. Com uma filosofia voltada para a dinâmica psicossocial, na qual se pretende trabalhar e articular sua proposta, acolhendo os alunos, respeitando suas identidades, aceitando o que trazem consigo: o seu jeito de ser e de estar no mundo.

Acreditamos ser importante também ter uma dinâmica que trabalhe a percepção da diferença e aceitação dos hábitos e valores dos outros, de modo a criar, na sala de aula e em toda a escola, um clima de respeito mútuo, de lealdade e de reconhecimento dos erros, como passo inicial de sua superação, propiciando assim, um ambiente de conquista da cidadania.

Nesta concepção a escola precisa cada vez mais de profissionais comprometidos e com real interesse no processo ensino-aprendizagem.

Portanto, para que a escola possa cumprir plenamente a sua função sociopolítica e pedagógica e possa também garantir que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade própria para a faixa etária em que se encontram, é necessário que sempre exista um projeto, elaborado com a participação de todos, e que ele deixe de ser apenas um documento arquivado na escola e passe a ser um manual para desenvolvimento das ações no âmbito escolar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, José Matias. **Organização, gestão e projecto educativo das escolas**. Porto Edições Asa, 1992. Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

\_\_\_\_\_, Presidência da República. Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**, através do artigo 60º, § 7º. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm)>. Acesso em 20 de junho de 2013.

CARVALHO, Maria Celeste da Silva. **Progestão: Como construir e desenvolver os princípios de convivência democrática na escola?** Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em:< [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). > Acesso em 06 de junho de 2013.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. 2001. Disponível em: <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias>> Acesso em 20 de maio de 2013.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo**. Currículo sem Fronteiras, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.org.curriculosemfronteiras/vol6iss2articles/lopes.pdf>> Acesso em 12 de maio de 2013.

PARO Victor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. Rio de Janeiro: 2005.

PIAGET, Jean, INHELDER, Barbel. **A Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

PINHEIRO, R. **Modelos ideais x práticas eficazes: um desencontro entre gestores e clientela nos serviços de saúde**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1999.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus. **Currículo, conhecimento e cultura escolar**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

SOUZA, Ângelo Ricardo de (et al.). **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição**, 2010. Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg)> Acesso em 06 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró-reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.27-42.

\_\_\_\_\_. **Níveis do planejamento educacional**. 2010. Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em 02 de julho de 2013.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.